ATA

DA

REUNIÃO ORDINÁRIA N.º185/2016

DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DAS FLORES

Local: Sala de Sessões dos Paços do Concelho
Data: 15/09/2016
Iniciada às 09H30 e encerrada às 10H40
Aprovada em: 15/09/2016

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO
Intervenção da Sra. Vice-Presidente
Intervenção dos Senhores Vereadores

ORDEM DE TRABALHOS

I – FINANÇAS

1 – Situação Financeira

II – EXPEDIENTE E ASSUNTOS DIVERSOS

1 – Proposta de Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2017, para análise;

2 – Proposta de Participação Variável no IRS pata 2017, para análise;

3 – Proposta de redução de taxa do IMI para famílias com dependentes, para análise;

4 – Avaliação de desempenho – Unidade Orgânica Administração Geral – Relatório, para ratificação;

5 – Proposta de Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2017, para análise;

6 - Auditoria e Revisão de Contas – Relatório Sobre a Situação Económica e Financeira Relativa ao 1.º Semestre de 2016 – Município de Santa Cruz das Flores, para análise;

III – URBANISMO

1 – Comissão de Festa em honra do Divino Espírito Santo das Pedras Brancas – Pedido de Licença Especial de Ruído e Isenção de pagamento de taxas destinadas à realização da Festa em honra do Divino Espírito Santo das Pedras Brancas, para análise;

2 – Empreitada de "Construção de um espaço de recreio e lazer nas piscinas naturais do Altio" – Empª n.º 2/2016 – Análise do pedido de prorrogação de prazo para entrega de documentos de habilitação apresentado pelo adjudicatário, para análise;

*

A reunião iniciou-se com a presença de:

Presidente: José Carlos Pimentel Mendes

Vereadores: Maria Elisabete Avelar Nóia
Fábio dos Milagres Rosário Medina
William Resendes Braga
Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas Valadão

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente José Crlos Pimentel Mendes e Secretariada por Maria Manuela Branco Alves Nunes da Silva, Secretária do Sr. Presidente.

O Sr. Presidente deu início à reunião com o período de antes da ordem do dia, em cumprimento do art.º 52º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

O Sr. Presidente interveio para informar os Senhores Vereadores sobre os trabalhos que a Câmara tem vindo a realizar dizendo que nesta data muitos dos funcionários estiveram de férias pelo que se está a voltar à normalidade da reorganização dos trabalhos. Assim, terminou-se o reboco dos muros por cima da piscina natural, sendo que o empreiteiro está praticamente pronto a começar; na estrada do Loural está-se na fase de colocação de bagacina e construção de muros; reabilitação de alguns passeios na zona da praceta e desmontagem de alguns dos equipamentos da piscina natural devido ao aviso de tempestade tropical.

O Sr. Presidente informou ainda que todos os Vereadores tinham sido convidados pela Associação Agrícola para o Dia do Agricultor bem como estavam todos convidados para a sessão de abertira do III Encontro Internacional de Canyoning no próximo dia 18 de setembro, evento que vai realizar-se no Auditório e Museu Municipal, entre os dias 18 e 25, com mais de 200 pessoas.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção dos Srs. Vereadores

Interveio o Sr. Vereador William Braga para informar que tinha tido conhecimento de que pela primeira vez não havia um juíz permanente na ilha, pelo que sugeria que fosse feito um ofício a solicitar um juíz permanente uma vez que têm acontecido várias situações em

que ele tem feito falta, dizendo ainda que a Câmara talvez pudesse ajudar na fixação de alguns deles porque seria bom para os municíprs que precisam desses serviços.

O Sr. Presidente informou que vai realizar-se uma reunião na Ilha das Flores no dia 27 com o Juís Presidente da Comarca dos Açores, onde vão ser tratados vários assuntos, nomeadamente a vinda às Flores de advogados e solicitarores, sendo que a colocação de um juíz permanente também será um desses assuntos e que nessa reunião irá reinvindicar a permanência de um juíz na Ilha.

Interveio a Senhora Vereadora Dora Valadão para dizer que estava de acordo com as palavras do Sr. Presidente e que todos tnham conhecimento de que a Segurança Social ajuda as pessoas mais necessitadas e que não têm meios com um advogado, pelo que não concorda que a câmara vá ajudar na fixação de algum advogado, caso contrário estaria a contribuir para ajudar uma profissão liberal, o que não seria muito justo para com outras atividades liberais.

Disse no entanto que acha muito bem que a câmara reinvidique pela justiça na nossa ilha.

Seguidamente a Sra. Vereadora Dora Valadão sugeriu uma visita ao parque infantil junto à sede do Motoclube dizendo que alguns dos equipamentos não estavam nas melhores condições.

Finalmente perguntou se a Câmara tinha alguma obrigação com medicina no trabalho, uma vez que no Lar de Idosos era obrigatório, ao que o Sr. Presidente respondeu que não sabia mas que iria averiguar.

Interveio a Sra. Vereadora Elisabete Nóia para dar o exemplo de que as entidades públicas não tinham exigência de seguro, apesar da câmara ter um seguro para todos os funcionários, mas que achava que nas instituições privadas existe a obrigação de pagamento de seguro aos funcionários, pelo que na sua opinião se passava a mesma coisa com a medicina do trabalho.

ORDEM DO DIA

PONTO I – SITUAÇÃO FINANCEIRA

1 – BALANCETE

Foi presente o balancete do dia 14 de setembro de 2016, cujo saldo existente em Operações de Tesouraria é de seis milsetecentos e noventa e seis euros e quarenta e cinco cêntimos. Em Operações Orçamentais o saldo é de um milhão, quatrocentos e nove mil, setecentos e seis euros, e quarenta e cinco cêntimos .

– PAGAMENTOS

Pelo Sr. Presidente foi presente a listagem de pagamentos efetuados desde a última reunião até à presente data que importam no valor de quinze mil, setecentos e quarenta e cnco euros e oitenta e um cêntimos.

Deliberação n.º 3487/2016 de 15/09/2016

*** A Câmara tomou conhecimento.**

PONTO II – EXPEDIENTE E ASSUNTOS DIVERSOS

1 – Proposta de Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2017, para análise;

Deliberação n.º 3488/2016 de 15/09/2016

*** A Câmara depois de analisar a Proposta que aqui se dá por integralmente transcrita e fica aqruivada em anexo à presente ata deliberou aprovar a taxa mínima de 0,3% para os prédios urbanos para o ano de 2017.**

*** Mais deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

Deliberação tomada por unanimidade.

2 – Proposta de Participação Variável no IRS para 2017, para análise;

Deliberação n.º 3489/2016 de 15/09/2016

*** A Câmara depois de analisar a Proposta que aqui se dá por integralmente transcrita e fica arquivada em anexo à presente ata deliberou aprová-la e fixar a participação variável no IRS em 4%, sendo que a diferença reverterá a favor dos sujeitos passivos.**

*** Mais deliberou submeter a Proposta à aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.**

Deliberação tomada por unanimidade.

3- Proposta de redução de taxa do IMI para famílias com dependentes, para análise;

Deliberação n.º 3490/2016 de 15/09/2016

*** A Câmara depois de analisar Proposta que aqui e dá por integralmente transcrita e fica arquivada em anexo à presente ata deliberou aprová-la reduzindo a taxa de IMI em função do número de dependentes a cargo, sendo a redução de 10% para as famílias com um dependente a cargo; em 15% para as famílias com dois dependentes a cargo e 20% para as famílias com 3 ou mais dependentes a cargo.**

*** Mais deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, para que esta aprove nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º a Lei 75/2013 de 12 de setembro e nos termos previstos no n.º 13 do artigo 112.º do Código de Imposto Municipal sobre Imóveis, aletrado pela Lei n.º 82 B/2014 de 31 de dezembro – Lei do Orçamento de Estado.**

Deliberação tomada por unanimidade.

4 - Avaliação de desempenho – Unidade Orgânica Administração Geral – Relatório, para ratificação;

Deliberação n.º 3491/2016 de 15/09/2016

*** A Câmara depois de analisar a Proposta que aqui se dá por integralmente transcrita e fica arquivada em anexo à presente ata deliberou ratifica-la.**

Deliberação tomada por unanimidade.

5 – Proposta de Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2017, para análise;

Deliberação n.º 3492/2016 de 15/09/2016

*** A Câmara depois de analisar a proposta que aqui se dá por integralmente transcrita e fica arquivada em anexo à presente ata deliberou aprovar nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do srtigo 33.º do Regime Jurídico dasAutarquias Locais, aprovado pela Lei 73/2013 de 12 de setembro, o percentual de 0,25% relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem para vigorar no ano de 2017.**

*** Mais deliberou submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal para que esta aprove nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo Regime Jurídico e na alínea m) do artigo 14.º da Lei 73/2013 de 12 de setembro.**

Deliberação tomada por unanimidade.

6 - Auditoria e Revisão de Contas – Relatório Sobre a Situação Económica e Financeira Relativa ao 1.º Semestre de 2016 – Município de Santa Cruz das Flores, para análise;

Deliberação n.º 3493/2016 de 15/09/2016

*** A Câmara apreciou e tomou conhecimento do Relatório que aqui se dá por integralmente transcrito e fica arquivado em anexo à presente ata.**

*** Mais deliberou submete-lo à apreciação e conhecimento da Assembleia Municipal nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.**

Deliberação tomada por unanimidade.

PONTO III – URBANISMO

1 - Comissão de Festa em honra do Divino Espírito Santo das Pedras Brancas – Pedido de Licença Especial de Ruído e Isenção de pagamento de taxas destinadas à realização da Festa em honra do Divino Espírito Santo das Pedras Brancas, para análise;

Deliberação n.º 3494/2016 de 15/09/2016

*** A Câmara depois de analisar e com base na Informação n.º192/MM/2016 do Serviço de Obras que fica anexa ao processo deliberou aprovar o pedido, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º (isenções e reduções), do regulamento de taxas do Município de Santa Cruz das Flores, pela concessão da licença de ruído.**

*** Mais deliberou aprovar o pedido de isenção de pagamento de taxas de acordo com o artigo n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007 de 17 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 278/2007 de 1 de Agosto.**

Deliberação tomada por unanimidade.

2 - Empreitada de "Construção de um espaço de recreio e lazer nas piscinas naturais do Altio" – Empª n.º 2/2016 – Análise do pedido de prorrogação de prazo para entrega de documentos de habilitação apresentado pelo adjudicatário, para análise;

Deliberação n.º 3495/2016 de 15/09/2016

*** A Câmara depois de analisar e com base na Informação n.º 163/2016 do Técnico Superior que aqui se dá por integralmente transcrita e fica arquivada em anexo à presente ata deliberou aprovar o pedido de prorrogação de prazo de entrega da caução por motivos não imputáveis ao adjudicatário de acordo com o estipulado no n.º 3 do art.º 86º do CCP.**

Deliberação tomada por unanimidade.

E quando eram dez horas e quarenta minutos, o Sr. Presidente deu a reunião por encerrada, da qual para constar se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim Maria Manuela Branco Alves Nunes da Silva Que a redigi, escrevi e subscrevo

Maria Manuela Branco Alves Nunes da Silva